

# Capital, Poder e Posição dos Agentes do Campo Social da Produção de Sementes em um Município do Semiárido Brasileiro

*Capital, Power and Position of Agents in the Social Field of Seed Production in a Municipality in the Brazilian Semiarid Region*

Ednael Macedo Felix<sup>1</sup>; Fábio Freitas Schilling Marquesan<sup>2</sup>

1 Doutorando em Administração de Empresas pelo Programa de Pós-graduação em Administração – PPGA da Universidade de Fortaleza – UNIFOR; [edynaell@hotmail.com](mailto:edynaell@hotmail.com);

2 Doutor e Professor no Programa de Pós-graduação em Administração – PPGA da Universidade de Fortaleza – UNIFOR; [marquesan@unifor.br](mailto:marquesan@unifor.br);

## Resumo

Questionando como os capitais dos agentes do setor agrícola determinam suas posições na estrutura do campo social, objetiva-se descrever como os capitais dos agentes do setor agrícola determinam suas posições na estrutura do campo social da produção de sementes em um município do semiárido brasileiro. Para isso considerou-se as distintas espécies de capitais como formas de poder ou forças dos agentes em disputa, admitindo sua classificação em econômico, cultural e social, e sua resultante: o poder simbólico dos agentes. Quanto ao método, o trabalho é qualitativo e descritivo, usando como procedimento a pesquisa documental e de campo, envolvendo 14 agentes entrevistados durante agosto e outubro de 2018, e como lócus o município de Icó, localizado no estado do Ceará. Constatou-se que há uma manutenção da posição dos agentes desse campo ao longo do tempo, evidenciando uma disposição dos capitais voltada à manutenção dessas posições, indicando indisponibilidade para subversão das mesmas.

**Palavras-chave:** Crioula. Agrícola. Bourdieu. Estrutura. Organizações

## Abstract

*Questioning how the capitals of agents in the agricultural sector determine their positions in the structure of the social field, the objective is to describe how the capitals of agents in the agricultural sector determine their positions in the structure of the social field of seed production in a municipality in the Brazilian semiarid region. For that, the different types of capital were considered as forms of power or forces of the agents in dispute, admitting their classification as economic, cultural and social, and its result: the symbolic power of the agents. As for the method, the work is qualitative and descriptive, using documentary and field research as a procedure, involving 14 agents interviewed during August and October 2018, and the locus of the municipality of Icó, located in the state of Ceará. It was found that there is a maintenance of the position of the agents in this field over time, showing a capital disposition aimed at the maintenance of these positions, indicating unavailability for their subversion.*

**Keywords:** Creole. Agricultural. Bourdieu. Structure. Organizations

## Introdução

O Brasil é inegavelmente uma potência no que diz respeito ao agronegócio mundial. Mesmo frente ao relativo enfraquecimento econômico e às crises políticas e institucionais que

o País tem vivido a partir de meados da segunda década do Século XXI, o setor agrícola tem se mostrado eficiente e com altas taxas de crescimento anual. Trata-se de um setor de grande importância econômica tanto interna como externamente, sendo elemento de vantagem competitiva para o país. Mas o crescimento do setor demanda diretamente elevadas quantidades de recursos, sobretudo ambientais, o que provoca toda ordem de discussões e tomadas de posição, além de abarcar questões de cunho econômico, social, cultural, político e etc.

Sendo o Brasil um país de história e estrutura econômica baseada no setor agrícola, a situação desse setor impacta a vida de uma ampla gama de cidadãos, tanto por conta dos preços dos produtos para o consumidor, como também por determinações nas políticas econômicas e sociais que afetam, diretamente, a produção.

A importância atribuída ao setor, associada às muitas discussões que emergem dos diferentes elos das diferentes cadeias produtivas agrícolas brasileiras, estrutura uma realidade que abarca aspectos econômicos, sociais e organizacionais que acabam por determinar padrões de relações e disputas de interesses em torno de elementos específicos do setor, o que por sua vez direciona decisões e posicionamentos quanto a programas governamentais, políticas de gestão mercadológica e legislações nacionais.

Torna-se então relevante entender como se dão essas relações, sobretudo, como elas se dão no campo social da produção de sementes, que engloba empresas, instituições do Estado, e organizações com e sem fins lucrativos.

Assim é necessário considerar que no campo social, as relações de conflito bem como de cooperação se dão com o uso de poder por parte dos agentes, sobretudo pelas diferentes formas de capital como força ou arma usada para sua conservação ou transformação. As distintas espécies de capital são, por sua vez, diferentes formas de poder, classificáveis em capital econômico, cultural e social, basicamente (BOURDIEU, 1983; ROSA FILHO, 2007).

No que se refere à produção agrícola, cabe considerar o oligopólio dos insumos, tanto em defensivos, equipamentos, maquinários ou mesmo, conhecimento aplicado. Ao se considerar os insumos, muitas pesquisas acadêmicas focam na eficiência e na rentabilidade de produtos e técnicas, mas para além de estudos focados em eficiência, o setor abre margem para discussões e pesquisas em aspectos mais específicos. Esse é o caso da produção de sementes. Diante disso emerge um coletivo de fatores que determinam o *modus operandi* (BOURDIEU, 1989), sobretudo econômico, político e social, fazendo com que a semente alcance uma condição ulterior às cadeias produtivas agrícolas, perfazendo uma estrutura de

campo social, uma vez que as sementes são portadoras de mensagens genéticas e culturais (PETERSEN et al, 2013).

A semente, no entanto, apenas reflete o que ocorre com todos os outros insumos, e, por sua vez, com toda a realidade do campo social. É o posicionamento de cada agente dentro do campo que determina as relações, as decisões e toda a significância compreendida e admitida por eles mesmos. Em uma ampla disputa de interesses, os agentes se alocam e realocam-se de modo a valorarem seus diferentes capitais em detrimento do capital dos demais (BOURDIEU, 1989).

Desse modo, partindo da indagação: como os capitais dos agentes do setor agrícola determinam suas posições na estrutura do campo social? O trabalho aqui apresentado objetiva descrever como os capitais dos agentes do setor agrícola determinam suas posições na estrutura do campo social da produção de sementes em um município do semiárido brasileiro.

Notadamente, ao descrever o sistema de disposições e as tomadas de posição dos agentes, se almeja aqui ir além da descrição da *doxa* que comumente é oferecida no meio técnico e acadêmico, e que conseqüentemente se incorpora ao meio social e é reproduzida de forma axiomática. A compreensão das relações de poder, usando para isto o caso da produção de sementes, vai além do minimalismo de uma pesquisa que encontra seu fim em si mesmo, pois essa compreensão pretende ultrapassar as barreiras de uma produção científica simplista e alcançar uma reflexão intelectual aguçada de contextos sociais específicos, e muitas vezes negligenciada.

## **2 *Habitus*, Campo Social e Capital**

A pretensão de expor as discussões que circundam as relações de poder no campo da produção de sementes depende, entre outras coisas, da não redução das discussões a um caráter puramente mercadológico, o que encurtaria a amplitude social que esse campo abarca. Compreender o que é trabalhado por Bourdieu (1989) depende, primeiramente, da apreciação do que ele chama de *habitus*. Bourdieu (1989) dispensa fazer o que ele chama de genealogia dos conceitos, uma vez que esses não são gerados por partenogênese teórica e acabam sendo reproduzidos com poucas agregações quando comparados às suas citações progressas.

Com isso, parte-se da perspectiva que “a noção de *habitus* exprime, sobretudo, a recusa a toda uma série de alternativas nas quais a ciência social se encerrou a da consciência (ou do sujeito) e do inconsciente, a do finalismo e do mecanicismo, etc.” (BOURDIEU, 1989, p. 60). Essa noção permite, segundo Bourdieu (1989), romper com o paradigma estruturalista

sem cair na velha filosofia do sujeito ou da consciência, a da economia clássica e do seu *homo economicus* que regressa na contemporaneidade com a nomenclatura de individualismo metodológico.

Desse modo, depreende-se que o campo compõe-se da estrutura de relações objetivas (BOURDIEU, 1989), de modo que enquanto espaço determinado pelas pessoas que pertencem a ele estrutura-se com indivíduos que concordam ou discordam das regras que o determinam e o regem. Nesse contexto o *habitus* é condição e condicionante do campo, pois o indivíduo precisa ter características e adaptação ao *habitus* para conviver em grupo, caso contrário será excluído do campo (JANOWSKI, 2014).

Logo, o campo é o espaço de práticas específicas, com relativa autonomia e dotado de história própria, caracterizando-se como um espaço de possibilidades que tende a orientar a busca dos agentes e definir um universo de problemas, referências e marcas intelectuais (LIMA, 2010), ele se configura assim como um sistema de coordenadas inter-relacionadas que se deve ter pelo menos em mente, para se entrar no jogo, de modo que para entrar no jogo, é necessário saber manejar esse sistema de coordenadas (id, 2010).

Nesse sistema de coordenadas Bourdieu (1989, p. 13) propõe que a “existência de um campo de produção especializado é condição do aparecimento de uma luta entre a ortodoxia e a heterodoxia as quais têm de comum o distinguir-se da *doxa*, ou seja, do indiscutido”.

Sendo o campo social um espaço de luta, de disputa, torna-se então salutar que se conheçam as estratégias e as “armas” usadas pelos agentes que se encontram em luta. Pois só assim é possível diferenciar os limites de força e de capacidade de defesa desses agentes.

Uma vez que o capital pode ser definido como poder e capacidade de produção de benefícios (ROSA FILHO, 2007) sua acumulação requer tempo, e isso tem a tendência de manter sua existência (id, 2007).

As diferentes espécies de capital são diferentes formas de poder, forças ou trunfos dos agentes em disputa, e “se classificam em capital econômico, capital cultural e capital social” (BOURDIEU, 1983; BOURDIEU, WACQUANT, 1992, *apud*, ROSA FILHO, 2007, p. 25).

Rosa Filho (2007) apresenta um entendimento sobre os capitais. Para ele, os bens materiais, os títulos de propriedades, as finanças e o dinheiro constituem o capital econômico; o investimento temporal pessoal por meio da transmissão hereditária na família, de conhecimentos, habilidades manuais e as práticas linguísticas formam o capital cultural; enquanto o capital social se dá pela somatória dos recursos reais que provêm das posses duráveis de uma rede de relacionamentos tanto pessoais quanto familiares, ao ponto que esta rede se dá por reconhecimento mútuo e do pertencimento a um grupo.

Para Bonamino et al. (2010), o capital econômico, na forma de fatores de produção, terra, fábrica e trabalho, assim como no conjunto de bens econômicos exemplificados pelo dinheiro, pelo patrimônio e pelos bens materiais, pode ser tanto acumulado, como reproduzido e até ampliado por meio de investimento econômico, culturais, e à obtenção ou manutenção de relações sociais que estabelecem vínculos economicamente úteis.

Nesse sentido, de luta e disputa por poder, exemplificada pela resistência camponesa e formatação de forças produtivas emancipatórias, Martins (2017) cita que ainda que submetida às relações sociais capitalistas, os movimentos camponeses em sua luta de resistência à expropriação e à exploração praticadas pelo sistema, notadamente em busca da acumulação e manutenção do capital econômico, desenvolvem lutas anti-capitalistas e geram diversas práticas sociais que sinalizam alguns pilares de uma nova forma de organização societária, sendo a agroecologia um destes exemplos.

Fagundes (2017) chama atenção para o fato de o conceito de capital cultural ter que ser pensado como atributo essencial para compreender mais amplamente o que é um campo. Segundo Bourdieu (1979, p. 76) o capital cultural pode ser incorporado, objetivado e institucionalizado, podendo assim existir nesses três estados, de modo que sua acumulação inaugural “começa desde a origem, sem atraso, sem perda de tempo, pelos membros das famílias dotadas fortemente deste capital”.

Desse modo, para impor-se nas lutas que os opõem a outras frações dominantes, os burgueses da indústria e dos negócios, cujo poder e autoridade repousam capital cultural, devem alcançar seus interesses particulares a um grau de universalização superior, e inventar uma versão chamada de "progressista" da ideologia do serviço público e da meritocracia (BOURDIEU, 1996).

Nessa perspectiva, a cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante; para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, a desmobilização das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções e para legitimação dessas distinções (BOURDIEU, 1989).

Tomando por base o capital cultural que por seu estado determina quem possui ou não o conhecimento, Petersen et al (2013) expõe a relação entre sementes e grãos como uma falsa dicotomia apresentada como uma expressão sintética das contradições entre os paradigmas da modernização agrícola e da agroecologia. Para eles seria na verdade uma dialética versada entre controle e autonomia sobre os fatores de produção que corresponderiam a relações de poder que fundam projetos sociais opostos entre agentes do agronegócio, organizações e os movimentos sociais.

Quanto ao capital social, Bourdieu (1996, p. 133) o define como “a condição e o efeito de uma gestão bem-sucedida do capital coletivo dos membros da unidade domestica”. Nessa perspectiva, este capital só “pode se reproduzir pela reprodução da unidade social elementar que é a família” (id, 1996, p. 177).

Uma vez que “todo campo social, seja o campo científico, seja o campo artístico, o campo burocrático ou o campo político, tende a obter daqueles que nele entram essa relação com o campo que chamo de *illusio*” (BOURDIEU, 1996, p. 140), o *Illusio* corresponderia assim ao fato de ser capturado pelo jogo, envolvido por ele.

Assim, os agentes podem querer inverter as relações de força no campo, porém, é por isso mesmo que eles reconhecem os alvos, exatamente por não serem indiferentes. Nessa perspectiva, o fato de querer fazer uma revolução em um campo depende antes da concordância com o que é essencial, do que é tacitamente exigido pelo campo, pois assim se saberia que o campo é importante, e que o que está em jogo nele é tão importante que um agente chegaria a desejar fazer uma revolução nesse campo (BOURDIEU, 1996).

Desse modo, uma vez que se pretenda questionar o posto no campo social, é necessário antes, aceitar a *doxa*, haja vista que tal condição é a exigência preliminar para o ingresso no jogo. Uma vez que se admita o que é posto no campo, é possível, a depender das relações, do “tecido social” estabelecer-se de um dado lado do campo, e a partir de então despender de força, uma vez que ele se constitui de lutas. Notadamente o que determina como as lutas se darão, é à disposição dos diferentes tipos de capital pelos agentes presentes.

Londres (2006, p. 22) apresenta dois casos da safra 2004/2005 de relevante importância para o entendimento de como se apresenta o capital social no campo aqui estudado, uma vez que a relação entre as organizações é o elemento base de caracterização deste capital:

O primeiro foi alcançado pelo Sintraf – Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, de Anchieta, em Santa Catarina. A recusa do SEAF em atender os agricultores que haviam utilizado sementes crioulas motivou pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC a reunirem documentos sobre as pesquisas desenvolvidas com as variedades locais e a assinarem uma declaração atestando a qualidade e a viabilidade das sementes. De posse deste material, os agricultores foram à Justiça e conseguiram ser atendidos pelo seguro. O segundo caso, igualmente interessante, aconteceu no município de Bituruna, no Paraná. Lá, cerca de 700 agricultores foram prejudicados pela seca na safra 2004/2005 e tiveram o seguro negado pelo SEAF. Os agricultores de Bituruna desenvolveram uma parceria com a Universidade Estadual de Londrina, semelhante à de Anchieta com a UFSC.

Práticas sociais como essas, oriundas de movimentos camponeses geram conhecimentos novos, notadamente com profundo conteúdo emancipatório, haja vista serem esses processos de defesa das sementes crioulas, e na contraposição às sementes geneticamente modificadas (MARTINS, 2017).

É necessário, contudo, trazer a luz desta discussão aquele capital que atende diretamente ao leque de interesses deste trabalho, depreendendo assim o que Bourdieu apresenta como capital simbólico.

Quando Bourdieu (2013) discorre sobre capital simbólico, considerando-o como as formas de lucro e de poder que assegura, ele reforça que este – capital simbólico - só existe na relação entre as propriedades distintas e distintivas, tais como língua, roupa, ou mobília, e os indivíduos ou grupos dotados de esquemas de percepção e de apreciação, que os predispõem a reconhecer essas propriedades instituindo-os como formas transformadas e irreconhecíveis das posições nas relações de força.

É necessário entender que há uma defesa do poder simbólico por Bourdieu (1989) para o qual é mediante esse “poder” que as classes dominantes são beneficiárias de um capital simbólico, disseminado e reproduzido por meio de instituições e práticas sociais, que lhes possibilitam exercer o poder. Para ele esses símbolos seriam instrumentos por excelência, da integração social e tornam possível se obter o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social dominante.

Com isso, ao considerar os capitais dos agentes de um campo, deve-se sempre lembrar que para Bourdieu (2013) o capital simbólico dos que dominam a “alta sociedade” independe dos desprezos ou das recusas, dos julgamentos recíprocos. Segundo ele, esta forma de capital é a forma sublimada de que se revestem realidades tão claramente objetivas como aquelas registradas pela física social.

### **3 O capital simbólico segundo Bourdieu**

As estratégias dos agentes e das instituições que estão envolvidas nas lutas, isto é, suas tomadas de posição dependem da posição que eles ocupam na estrutura do campo, na distribuição do capital simbólico específico institucionalizado ou não, e que através da mediação das disposições constitutivas de seus *habitus*, inclina-os tanto a conservar como a transformar a estrutura dessa distribuição, logo, a perpetuar as regras do jogo (BOURDIEU, 1996).

A questão é que mesmo que as diferenças sejam apenas uma crença dos agentes, e assim existindo em função dessa crença, é necessário admitir que essas diferenças objetivas resultem em distinções, que são feitas pelos próprios agentes presentes no campo. Para Bourdieu (2008), toda diferença reconhecida, aceita como legítima, funciona por isso mesmo como um capital simbólico que obtém um lucro de distinção.

Nessa perspectiva, é necessário entender como se dá a existência do capital simbólico nas relações entre os agentes, pois esse capital e as formas de lucro e de poder que assegura, só existe na relação entre as propriedades distintas e distintivas como corpo correto, língua, roupa, mobília e indivíduos ou grupos dotados de esquemas de percepção e de apreciação que os predispõem a reconhecer essas propriedades, ou seja, a instituí-los como estilos expressivos, formas transformadas e irreconhecíveis das posições nas relações de força (BOURDIEU, 2013).

Com isso, o posicionamento de cada agente na estrutura do campo acaba por influenciar as estratégias que eles despenderam nessa tomada de posição, de modo que os indivíduos ou os grupos façam mão de seus esquemas de percepção para confrontarem-se. Segundo Lima (2010, p. 16) a depender da posição que ocupam na estrutura do campo, em função de capital simbólico específico, os agentes tomam posição, que podem ser de legitimação ou de subversão, em confronto permanente com as forças de conservação, o que não implica em mudanças dos princípios de poder que estruturam um campo.

Essa condição de posicionamento é suficiente para se considerar que os esquemas de percepção dos agentes resultam nas classes, ao ponto que as classes seriam na perspectiva de Bourdieu, existentes em função do emprego destes esquemas pelas pessoas, é aí que se percebe o estruturalismo proposto por Bourdieu, pois segundo Wacquant (2013, p. 91):

[...] o “estruturalismo genético” de Bourdieu propõe que as classes existem na *medida em que* as pessoas empregam esquemas de percepção, apreciação e ação baseados em classe e originários das divisões objetivas do espaço social, que ativam e inscrevem essas divisões nas relações sociais e nas lutas políticas. Todavia, o alinhamento da posição, da disposição e da prática de classe nos diferentes microcosmos que compõem uma sociedade diferenciada é uma *realização prática*, que depende do trabalho de empreendedores simbólicos em competição, contanto que “o mundo social possa ser expresso e construído de diferentes maneiras”, de acordo com princípios de categorização diferentes (grifo do autor).

O trabalho de Bourdieu apresenta então uma abrangência considerável, com uma capacidade de associação de extrema relevância na compreensão de como o espaço social se estrutura. A mera consideração de um conjunto de reações polarizadas e minimalistas entre “um” e “outro”, é expandida por Bourdieu ao considerar que há um conjunto de relações sociais que se justifica pelo conceito de campo, é aí que Wacquant (2013, p. 91) afirma que:

Rompendo tanto com as teorias liberais das elites quanto com a visão marxista da hegemonia capitalista, que foca exclusivamente na divisão vertical entre governantes e governados, Bourdieu descarta a noção substancialista de “classe dirigente” em favor do conceito relacional de *campo de poder* (grifo do autor).



Sendo assim, o capital simbólico pressupõe um conjunto de esquemas de percepção que existem segundo as crenças dos agentes presentes em campo, provocando assim uma série de divisões, que alimentam o que se pode aqui denominar-se de classes, que por sua vez ativam e inscrevem essas divisões nas relações sociais e nas lutas políticas.

#### **4 Materiais e Método**

O trabalho aqui proposto caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa (DENZIN; LINCOLN, 2006), que concordando com Gil (2010) quanto ao objetivo da pesquisa, este se caracteriza como descritivo, já que busca registrar e descrever as características do ambiente organizacional da produção de sementes. Fez-se ainda uso de pesquisa documental e histórica, por meio do uso de documentos públicos (LAKATOS, 2003). Realizou-se ainda pesquisa de campo, que segundo Prodanov e Freitas (2013) estuda um único grupo ou uma comunidade em termos de sua estrutura social, conseqüentemente ressaltando assim a interação entre os componentes deste grupo ou comunidade.

Quanto à coleta de dados, realizaram-se duas etapas: a primeira se deu mediante dados secundários, na qual foram selecionadas as informações disponíveis em *sites* de agentes e em documentos técnicos e oficiais disponíveis na Internet, correspondendo à “pesquisa documental” (WOLFF, 2004). A segunda fase se deu com a coleta dos dados primários através de entrevistas. Optou-se pela entrevista do tipo semiestruturada, que contém perguntas abertas já em um roteiro construído previamente (TRIVINÕS, 1994).

Como sujeitos da pesquisa foram considerados todos os agentes presentes no município de Icó-Ce que possuem relação direta ou indireta com o setor de sementes. Os procedimentos metodológicos consideram assim todos os agentes que possuem relação com o campo social pesquisado, tomando por base sua atuação no campo: bancos, empresas privadas, instituições do estado, sindicatos, associações e movimentos sociais e produtores rurais.

Todos os agentes foram consultados previamente por meio de visita pessoal do pesquisador para agendamento das entrevistas. O período de visitas pessoais ocorreu durante o mês de Agosto de 2018, usando como *lócus* o município de Icó localizado no estado do Ceará, e as entrevistas foram realizadas entre agosto e outubro do mesmo ano. A tabela abaixo apresenta a quantidade de agentes e seus representantes entrevistados na pesquisa, além do tempo de cada entrevista e a forma de registro permitida por cada entrevistado.

Tabela I – Descrição das entrevistas com os agentes relevantes no campo estudado

Agente	Qt	Entrevistado	Tempo de Entrevista	Forma de registro
Empresa de Assistência Técnica Extensão Rural do Ceará - EMATERCE	1	1 Técnico Agrícola	17 min 14 s	Áudio e Escrita
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	1	1 Gerente e 1 Técnico	17min 44 s	Áudio e Escrita
Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP	1	Coordenador do Curso Técnico em Agronegócio e 24 Alunos	56min 56s	Áudio e Escrita
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Icó – STTR-ICO	1	Presidente do Sindicato	9min 16s	Áudio
Secretaria Municipal de Agricultura e Recursos Hídricos - SMARH	1	1 Agrônomo	14min 40s	Áudio
Banco do Brasil - BB	1	1 Gerente Geral e 1 Técnico Projetistas.	44min 44s	Gerente: sem registro; Técnico: Áudio
Comissão da Pastoral da Terra – CPT	1	1 Representante Local	29min 7s	Áudio
Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA	1	1 Representante Local	29min 41s	Áudio
Associação do Distrito de Irrigação de Icó - Lima Campos – ADICOL	1	Presidente da Associação	19min 30s	Áudio
Empresas de Comercialização de Insumos Agrícola	4	1 Proprietário de cada Empresa	40min	Áudio
Produtores Rurais	1	10 Produtores	3h 22mi	Áudio
Totais	14	46 pessoas	~8 horas	-

Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

Análise dos dados se deu por meio de análise de conteúdo, que segundo Bardin (1979) é operacionalmente dividida em pré-análise, exploração do material, e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

## 5 Resultados e Discussões

Os resultados alcançados durante a pesquisa indicaram que o campo estudado possui múltiplos agentes que se posicionam para defenderem suas posições, e não para subvertê-las, pelo menos, não no momento da pesquisa. Para isso, considera-se que as estratégias dos agentes envolvidos no campo dependem da distribuição do capital simbólico, que por meio da mediação das disposições constitutivas de seus *habitus*, inclina-os a conservar a estrutura dessa distribuição, buscando assim perpetuar as regras do jogo, assim como aponta Bourdieu (1996).

Desse modo é possível apresenta o quadro de distribuição dos agentes ortodoxos, que presam pela manutenção do que dispõe a legislação e garantir a perpetuidade e expansão das sementes certificadas; e dos heterodoxos, que questionam o sistema de coordenadas sociais impostas pela legislação e pelo *habitus* dos detentores de capital econômico e cultural. Uma vez que as técnicas empregadas na pesquisa são de cunho qualitativo, o quadro a seguir

considera então, a defesa e a acusação argumentativa dos agentes quanto ao emprego de sementes, sejam elas certificadas ou crioulas no plantio.

É necessário apresentar a semente certificada como aquela que é resultado da multiplicação genética, criada e manipulada de tal forma que mantenha sua identidade e pureza genética, destinada à distribuição geral aos agricultores (QUEIROGA; BELTRÃO, 2004). Já as sementes crioulas são aquelas utilizadas na lavoura por comunidades tradicionais, caracterizadas por sua uniformidade e pureza, mas, diferente das sementes certificadas, as crioulas não sofrem modificações genéticas, a exemplo da transgenia e do melhoramento genético (TRINDADE, 2006).

Essas posições podem ser entendidas por meio de uma associação com seu capital. O quadro abaixo apresenta o agente e o capital mais percebido pelos demais, ou seja, o capital simbólico. Reforça-se que para Bourdieu (1989) o capital simbólico é o capital, qualquer que seja a espécie, percebido por um agente e reconhecido como algo óbvio.

Quadro I – O capital simbólico dos agentes do campo

<b>Agentes Ortodoxos</b>	<b>Capital</b>
- Empresas de Comercialização; - Empresa de Assistência Técnica Extensão Rural do Ceará – EMATERCE; - Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB; - Secretaria Municipal de Agricultura e Recursos Hídricos – SMARH; - Escola Estadual de Educação Profissional – EEEP; - Banco do Brasil – BB; - Associação do Distrito de Irrigação de Icó - Lima Campos – ADICOL;	Cultural institucionalizado Social Político Cultural institucionalizado Cultural institucionalizado Econômico Político
<b>Agentes Heterodoxos</b>	<b>Capital</b>
- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Icó – STTR-ICO; - Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; - Comissão da Pastoral da Terra – CPT; - Pequenos Produtores;	Social Cultural incorporado Cultural incorporado Cultural incorporado

Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

Considerando o proposto por Bonamino et al. (2010), é cabível tanto para o produtor quanto para os movimentos e organizações que o representa, a possibilidade de ser posicionado no campo por meio de uma espécie de capital cultural incorporado, admitindo para isso que esse capital ocorre na forma de disposições duráveis do agente, tendo entre os principais elementos constitutivos os gostos, demandando uma acumulação mediante trabalho de inculcação e assimilação. Cabe, no entanto, destacar que essa espécie de capital é a que mais justifica esses agentes perante a teoria considerada.

Buscou-se ainda conhecer a definição de semente na percepção dos agentes, já que a teoria aqui considerada admite que a *doxa*, a semente, é indiscutida. Nessa perspectiva, os agentes se diferenciam pela *doxa*, se posicionando de forma ortodoxa ou heterodoxa, porém, sem discutir o objeto da luta, ou seja, sem discutir o que é a semente.

Constatou-se então que nenhum dos agentes soube definir o termo “semente”. Cabe, então, esclarecer que essa definição é dada ortodoxamente pela Lei nº 9.456/97, que em seu Art. 3º considera, XIV define semente como “toda e qualquer estrutura vegetal utilizada na propagação de uma cultivar”. A semente também possui definição dada pela Lei nº 10.711/03 em seu Art. 2º, XXXVIII, para a qual, a semente é “material de reprodução vegetal de qualquer gênero, espécie ou cultivar, proveniente de reprodução sexuada ou assexuada, que tenha finalidade específica de semeadura”.

Já a semente dita crioula, é definida segundo Trindade (2006) como sementes utilizadas na lavoura por comunidades tradicionais, caracterizadas por sua uniformidade e pureza, mas, diferente das sementes certificadas, as crioulas não sofrem modificações genéticas, a exemplo da transgenia e do melhoramento genético.

O que se pode constatar, é que os agentes ortodoxos usam sempre o argumento da produtividade da semente certificada para defenderem sua posição, para eles, a diferenciação entre uma semente certificada e uma semente crioula é sua produtividade, ao ponto que seria a sementes crioula, incapaz de proporcionar produtividade.

Os agentes heterodoxos usam o argumento da intolerância aos períodos de estiagem da região semiárida e a dependência que a semente certificada acarreta ao produtor. Essas posições tendem a serem mantidas por esses agentes, já que eles se indispõem a subvertê-las em função do risco de perderem seu capital simbólico no campo. Logo, há um maior investimento de energia para manutenção de suas posições.

De todo modo, reforça-se a definição de Castro e Wander (2017, p. 485), para os quais a “semente é o primeiro elo da produção da maioria das cadeias produtoras de alimentos de origem vegetal”.

Para além da conceituação teórica exposta no trabalho a respeito do que é uma semente, neste ponto já é possível uma definição de semente pela própria pesquisa aqui apresentada, sendo assim, define-se aqui a semente como uma estrutura vegetal com condições de multiplicação e manutenção de uniformização genética e pureza, para fins de plantio, carregando consigo uma identidade cultural de origem, independente de transgenia e de melhoramento genético.

## **6 Conclusões**

Este trabalho objetivou descrever como os capitais dos agentes do setor agrícola determinam suas posições na estrutura do campo social da produção de sementes semiárido brasileiro, tomando como *lócus* o município de Icó no Ceará.

A pesquisa indicou que os agentes se posicionam na estruturação desse campo, tal como é indicado por Bourdieu (1989), uma vez que a ideia de semente enquanto *doxa* é indiscutida, de modo que, muito embora ela seja o objeto central das lutas no campo, os agentes possuem baixo conhecimento de suas características. Com isso, os argumentos usados por esses agentes tomam por base o fim do uso da *doxa*, compreendendo-a pelo seu fim e não por sua natureza.

A maneira como os agentes se posicionam é resultado da incorporação do modo de fazer suas ações ao longo do tempo. Enquanto o pequeno produtor e seus movimentos de representação tendem a incorporar o modo hereditário de trabalho, resistindo assim ao poder emanado do mercado, esse último respaldado pelo Estado detentor do poder de classificação impele ao setor agrícola a condição de concorrência e conseqüente busca por produtividade e eficiência.

A posição desses agentes tem sido mantida ao longo do tempo, o que evidencia que a disposição do agente de fazer uso de seus capitais, é voltada para manter sua posição. Essa constatação indica a indisponibilidade dos agentes de disporem de capital para subverter suas posições no campo. Cabe ressaltar ainda que os capitais abarcados pelos agentes se encontram em situação de deterioração, tendo como indicativo a infraestrutura debilitada, a frota sucateada e os baixos orçamentos frente ao mercado.

A presente pesquisa não teve a intenção de esgotar todos os fatores que compõem o campo social estudado, uma vez que ao apresentar a estrutura do campo, a pesquisa alcança tão somente um recorte temporal do mesmo. Esse recorte temporal, quando estudado longitudinalmente, e com maior abrangência geográfica, tende a proporcionar achados mais representativos.

Desse modo, sugere-se que novas pesquisas associem a base teórica usada nesta pesquisa com outros objetos de estudo de interesse da administração e dos estudos organizacionais. Pesquisas de maior amplitude e profundidade devem buscar compreender também a dinâmica do campo aqui estudado, pois mediante a compreensão da dinâmica será possível alcançar achados mais robustos e livres da interferência do limite temporal ao qual a descrição da estrutura do campo está submetida.

## **Referências**

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1979.

BONAMINO, A. et al. Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. Revista Brasileira de Educação, v. 15, n. 45, 2010.

- BOURDIEU, P. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, P. et al. O poder simbólico. Lisboa: Difel. 1989.
- BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A; CATANI, A. (Org.). Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 73-79 (3. ed., 2001a).
- BOURDIEU, P. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Papirus Editora, 1996.
- BOURDIEU, P. Capital simbólico e classes sociais. Novos Estudos-CEBRAP, n. 96, p. 105-115, 2013.
- BRASIL. Lei federal nº. 9.456, de 25 de abril de 1997. Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, data de publicação: 28 abr. 1997.
- BRASIL. Lei n. 10.711, de 5 de agosto de 2003. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças - SNSM, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder executivo, Brasília, DF, 5 ago. 2003
- CASTRO, E. C.; WANDER, A. E. Cadeia de produção de sementes de feijão no Brasil analisada sob a ótica da nova economia institucional. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 31, n. 3, p. 475-492, 2017.
- DENZIN, N.; LINCOLN, Y. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- FAGUNDES, G. A. Algumas reflexões em torno dos conceitos de habitus, campo e capital cultural. Revista Café com Sociologia, v. 6, n. 2, p. 103-123, 2017.
- GIL, A. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- JANOWSKI, D. A. A teoria de Pierre Bourdieu: Habitus, campo social e capital cultural. In: VIII Jornadas de Sociología de la UNLP 3 al 5 de diciembre de 2014 Ensenada, Argentina. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Departamento de Sociología, 2014.
- LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.
- LIMA, D. M. O. Campo de poder, segundo Pierre Bourdieu. Cógito, p. 14-19, 2010.
- LONDRES, F.. A nova legislação de sementes e mudas no Brasil e seus impactos sobre a agricultura familiar. Rio de Janeiro, 2006.
- MARTINS, A. F. G. Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos/Ecological rice production in settlements of the metropolitan region of Porto Alegre: a case of participatory management and generation of knowledge. REVISTA NERA, n. 35, p. 246-265, 2017.
- PETERSEN, P. et al. Sementes ou grãos? Lutas para desconstrução de uma falsa dicotomia. In: DA CUNHA, FLAVIA LONDRES. Sementes da Paixão e as Políticas Públicas de Distribuição De Sementes na Paraíba. 2013.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico-2ª Edição. Editora Feevale, 2013.

QUEIROGA, V. de P.; BELTRÃO, NE de M. Produção e armazenamento de sementes de mamona (*Ricinus communis* L.). Embrapa Algodão-Comunicado Técnico (INFOTECA-E), 2004.

ROSA FILHO, D. S. A produção social do campo de deslocamento de pessoas na Região Metropolitana de Porto Alegre. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Administração. Escola de Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

TRINDADE, C. C. Sementes crioulas e transgênicos, uma reflexão sobre sua relação com as comunidades tradicionais. In: XV Congresso Nacional do Conpedi, Manaus, nov. 2006. p. 15-18.

TRIVINÕS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 1994.

WOLFF, S. Analysis of documents and records. A companion to qualitative research, p. 284-289, 2004.